

# **LEI Nº 3.735 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1979 - (REVOGADA)**

(Publicada no Diário Oficial de 01 e 02/12/1979)

Revogada pela Lei nº 4.398/84.

**Dispõe sobre alíquota para o cálculo do ICM a partir do próximo exercício financeiro e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (ICM) será calculado, a partir do próximo exercício financeiro, com base nas alíquotas máximas fixadas em Resolução do Senado Federal, nos termos do § 5º do art. 23, da Constituição Federal, que esteja vigorando em 31 de dezembro deste ano.

**Art. 2º** Fica o poder executivo autorizado a celebrar convênio no sentido de reduzir a base de cálculo, nas operações interestaduais, intra e inter-regionais, sujeitas à incidência do ICM.

**Art. 3º** O Poder Executivo baixará as normas necessárias à explicitação e regulamentação da presente Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 30 de novembro de 1979.

**ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**  
Governador

Luiz Fernando Studart Ramos de Queiroz